

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.533 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2002

Senado está pronto para votar medidas contra crise econômica

Ramez Tebet afirma que “eleição nunca prejudica”, pois é imprescindível ao regime democrático, e garante: se houver necessidade, parlamentares deixarão as campanhas, voltando imediatamente a Brasília para apreciar matérias importantes

José Cruz



Mesmo durante a campanha eleitoral, os senadores voltarão a Brasília imediatamente se houver necessidade de votar matérias relevantes, em especial medidas de enfrentamento da crise econômica. A garantia foi dada pelo presidente do Senado, Ramez Tebet. “Eleição nunca prejudica, eleição é imprescindível para a democracia”, frisou o senador, acrescentando que só haveria prejuízo se o Legislativo deixasse de votar propostas importantes nesse período, o que não vai acontecer.

PÁGINA 3

Reajuste do preço do gás de cozinha é absurdo, diz Nabor

PÁGINA 4

Ramez Tebet convocou reunião da Mesa com os líderes partidários para discutir as prioridades de votação da próxima semana

Oposição culpa governo pela crise

Antonio Carlos Valadares diz que o governo não se preparou para evitar a “escalada sem precedentes” do dólar. Lauro Campos considera o Brasil “desgovernado”. Heloisa Helena lamenta os efeitos da crise sobre os mais pobres, e Eduardo Suplicy adianta que a oposição está disposta a colaborar na busca de soluções.

PÁGINA 2

Mozarildo: Amazônia está desguarnecida

PÁGINA 4

Congresso mostra arte dos países de língua portuguesa



Gerardo Magelo

Os presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves, visitam, em companhia do primeiro-ministro português, Durão Barroso, uma das três exposições abertas no Congresso.

PÁGINA 2

Valadares culpa governo por crise cambial

Senador se diz impressionado com a ação dos especuladores. Já Lauro Campos considera difícil superar problemas com receita do Fundo Monetário Internacional, e Heloísa Helena lamenta conseqüências para os pobres

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ontem que a escalada, "sem precedentes", da moeda norte-americana mergulhou o Brasil em uma "crise cambial humilhante", com descrédito em relação à política econômica que só faz gerar desemprego, "preços astronômicos" e aumento da dívida pública. Na avaliação que fez da tribuna do Plenário, considerou que "não há solução a curto e a médio prazos" capaz de alterar esse quadro.

Valadares citou dados publicados na edição de ontem do *Correio Braziliense* situando o endividamento público na casa dos R\$ 833 bilhões, que corresponde a quase 65% do indicador de geração de riqueza do país — o Produto Interno Bruto (PIB).

A capacidade de enxugar os gastos públicos, que poderia auxiliar na redução da dívida, está cada vez menor — afirmou Valadares. Ele disse que o governo já cortou mais de R\$ 20 bilhões do Orçamento Geral da União (OGU) do atual exercício e está trabalhando com a previsão de cortar outros "R\$ 30 bilhões até o final do ano".

MUDANÇA

Em aparte, o senador Lauro Campos (PDT-DF) ressaltou que o governo aplicou, nos seus oito anos de administração, uma "receita economicida", apoiada em âncoras que se enferrujaram e empobreceram a população brasileira, com um aumento do endividamento do país, crescimento da carga tributária e redução do consumo.

Lauro Campos considerou ser "muito difícil superar os problemas criados com a cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI)". O senador espera que as eleições sirvam para reverter esse quadro, com mudanças qualitati-



Antonio Carlos Valadares aponta alinhamento do governo com capital financeiro internacional

vas que auxiliem a vencer os atuais problemas. Em resposta à senadora Heloísa Helena (PT-AL), Lauro Campos informou já ter feito 249 pronunciamentos no Senado sobre o endividamento do país.

Heloísa Helena salientou que o peso da crise recai sobre a população mais pobre, com graves problemas sociais, como desemprego, desagregação familiar, alcoolismo e prostituição. E ironizou: "O único momento em que a elite faz distribuição de renda é nas eleições, quando distribui grandes somas em dinheiro".

Para Valadares, o governo não se preparou para evitar a crise cambial. Ele lembrou que muitos artigos veiculados pela imprensa no Brasil e no exterior já alertavam, há algum tempo, para a "valorização artificial da moeda brasileira", o que, para ele, mais cedo ou mais tarde desembocaria em uma desvalorização abrupta.

O senador mostrou-se ainda impressionado com o que os especuladores estão fazendo nesse período eleitoral e com a incapacidade do governo de contornar a crise, sem nunca preocupar-se com o estímulo à poupança interna. Criticou, também, o fato de o governo haver se alinhado ao capital financeiro internacional, que não demonstra nenhuma solidariedade em épocas difíceis.

PT está disposto a colaborar, afirma Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, afirmou que o PT está disposto a examinar alguma medida, a ser proposta pelo governo, para superar a atual crise financeira.

— As oposições estão dispostas a colaborar para que o país saia desta crise — disse.

A iniciativa de alguma medida, no entanto, terá de ser do presidente da República, conforme o senador. Ele lembrou que a imprensa vem noticiando a possibilidade de votação de uma minireforma tributária, afirmando que o PT "não se furtará a debater este ou outro assunto" que possa aliviar a crise no mercado financeiro.

Suplicy disse que o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Paul O'Neill, "ainda deve explicações aos brasileiros", apesar de ter

afirmado ontem, em entrevista à imprensa, que a equipe econômica do Brasil tem feito um "excelente trabalho" para manter "políticas fiscal e monetária sólidas".

O secretário declarou no último domingo que uma possível ajuda financeira de organismos internacionais ao Brasil, Argentina e Uruguai poderia ser desviada para contas bancárias na Suíça. O governo brasileiro pediu explicações à embaixadora dos Estados Unidos, e a Secretaria do Tesouro americano distribuiu nota à imprensa reafirmando apoio à política econômica do Brasil. Ontem, o próprio O'Neill



Suplicy: secretário do Tesouro norte-americano ainda deve explicações

elogiou a política econômica brasileira.

— O senhor Paul O'Neill deve explicações aos brasileiros. Essa é a segunda vez em que ele se refere ao Brasil de forma inadequada. Talvez ele ainda esteja sob o impacto da notícia do *The New York*

Times de que o ex-presidente argentino Carlos Menem teria dinheiro depositado em bancos suíços.

Na terça-feira, Suplicy enviou carta ao secretário do Tesouro solicitando que mencione algum caso específico de dinheiro emprestado por organismo internacional que tenha sido desviado para bancos suíços.

A arte dos países de língua portuguesa

Foram abertas ontem três mostras de arte dos países de língua portuguesa que ficarão expostas no Salão Negro do Congresso Nacional até o próximo dia 15. A cerimônia contou com a presença dos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, Ramez Tebet e Aécio Neves, do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, e dos presidentes, primeiros-ministros e chanceleres de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

A exposição encerrou a reunião de cúpula da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). As mostras *Objetos da Lusofonia*, *Retrospectiva de Malangatana* e *Um Olhar Fotográfico sobre a CPLP* também marcam a adesão de Timor Leste à CPLP, criada há seis anos por iniciativa do Brasil, por meio do então chanceler José Aparecido de Oliveira.

A mostra *Objetos da Lusofonia* apresenta objetos de arte popular e da cultura tradicional dos oito países da CPLP, criando um espaço artístico comum



Entre Aécio Neves e Ramez Tebet, o presidente de Portugal, Jorge Sampaio, abre exposição

e unificado pela língua portuguesa. A *Retrospectiva de Malangatana* expõe 46 óleos, aquarelas e desenhos do artista plástico moçambicano Malangatana Ngweya, que revela a identidade de seu país através de formas e cores atraentes. *Um Olhar Fotográfico sobre a CPLP* apresenta seleção de fotos jornalísticas recolhidas pela Agência Lusa nos países da comunidade.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tebet garante ajuda do Senado contra a crise

Senadores poderão vir a Brasília durante campanha eleitoral para votar projetos de interesse do país, como medidas para superação da crise econômica, garante o presidente da Casa, que abriu ontem as atividades do segundo semestre

O presidente do Senado, Ramez Tebet, garantiu ontem que os senadores virão a Brasília, mesmo durante o período de campanha eleitoral, para votar matérias de interesse relevante, em especial medidas de superação da crise econômica. Como exemplo de proposta que pode ser analisada no período, ele citou o projeto sobre a incidência em cascata das contribuições sociais, que tramita na Câmara dos Deputados.

— Há muito tempo nós falamos em reforma tributária e não a fazemos. Eu sempre defendi uma minirreforma tributária por tópicos. Acho que temos uma grande oportunidade de iniciá-la agora, com o projeto das contribuições sociais em cascata que está na Câmara. Chegando aqui no Senado, dou prioridade a isso; a gente comparece aqui para votar — afirmou.



Ramez Tebet cumprimenta senadores presentes à primeira sessão do semestre

Com a pauta do Senado praticamente limpa, Tebet convocou para a próxima terça-feira reunião da Mesa da Casa com os líderes partidários, na qual serão discutidas as prioridades para as vota-

ções da semana e a proposta de dedicar o restante de agosto e o mês de setembro prioritariamente ao contato com o eleitor, ressaltado o surgimento de necessidade concreta de realização de es-

forço concentrado no Congresso.

Tebet pretende convocar sessões deliberativas nos dias 6 e 7, para votação de medidas provisórias. Ele ressaltou que os parlamentares podem fazer campanha eleitoral sem qualquer prejuízo dos trabalhos legislativos.

— Eleição nunca prejudica, eleição é imprescindível para a democracia. Não haverá prejuízo nenhum se o Senado deixar de funcionar em função das eleições. Prejuízo haveria se deixássemos de votar matéria importante, e isso não vai acontecer. Se houver necessidade, deixamos as campanhas eleitorais e voltamos imediatamente para votar — assegurou.

O senador entende que a preocupação com a crise não obriga os candidatos a aceitar qualquer proposta da equipe econômica

sem discussão, mas adverte:

— Os candidatos devem se comportar como estadistas, olhando o interesse maior do país, pois ninguém tem o direito de agir de forma oportunista. O momento é de muita seriedade — disse.

O presidente do Senado acredita que “o governo tem que adotar medidas para defender a economia”, mas disse desconhecer a essência de um provável pacote. Rejeitou, porém, a possibilidade de confisco ou de novo “arrocho”:

— Arrochados nós já estamos demais. Estou preocupado com a liberação de recursos orçamentários, principalmente para a realização de obras de infra-estrutura tão reclamadas pela nossa população mais sofrida — analisou.

Tebet salientou que a crise econômica e as oscilações do mercado são conduzidas por “motivações psicológicas”, o que torna difícil encontrar soluções.

Emenda pode mudar posse do novo presidente

A proposta do presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, que altera a data de posse do presidente da República do dia 1º de janeiro para o dia 6 do mesmo mês, recebeu ontem apoio do presidente do Senado, Ramez Tebet.

— Não sei como os constituintes de 1988 deixaram passar isso — disse Tebet.

Aécio Neves anunciou que apresentará emenda no sentido de alterar a data de posse do próximo presidente da República. O objetivo é evitar que a solenidade coincida com as festividades de Ano-Novo e, com isso, possibilitar a presença de chefes de Estado.

Para acelerar a tramitação da proposta e viabilizar sua aprovação até o final do ano, tanto na Câmara quanto no Senado, Aécio Neves deverá sugerir mudança na proposta de emenda constitucional (PEC) do deputado José Genoíno (PT-SP), que já se encontra em tramitação. A PEC original fixa em 15 de janeiro a data da posse.

Sessão plenária marca abertura dos trabalhos do semestre

Em sessão não-deliberativa, realizada ontem, o presidente do Senado, Ramez Tebet, abriu os trabalhos legislativos do segundo semestre. Ele comunicou à Casa o recebimento de diversos ofícios e avisos de órgãos do Poder Judiciário e da Presidência da República, inclusive mensagem presidencial informando ao Senado a progra-

mação monetária do governo para o terceiro trimestre de 2002.

A matéria, acrescentou o senador, de acordo com o que estabelece a Constituição, será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), em regime de urgência, devendo a comissão acatá-la ou rejeitá-la em um prazo de dez dias a contar da

data de seu recebimento.

Tebet informou que a primeira sessão de votações no Plenário será realizada na próxima terça-feira, mesmo dia em que acontecerá a reunião de líderes dos partidos. Ele marcou também sessão deliberativa para quarta-feira.

Ainda entre os avisos, o presidente anunciou que o senador

Jorge Borhauen (PFL-SC) reassumiu o cargo no início do mês de julho. Ocupava sua vaga, desde o mês de março passado, o senador Ari Stadler (PPB-SC).

Na primeira sessão de retomada dos trabalhos, o principal tema abordado no plenário do Senado foi a crise cambial e econômica vivida pelo país.

Governo encaminha programação monetária para o trimestre

Entre as 13 mensagens e avisos enviados ao Senado pelo Executivo e lidos na sessão de ontem pelo presidente da Casa, senador Ramez Tebet, consta a programação monetária do terceiro trimestre de 2002. A matéria será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A CAE também vai apreciar um demonstrativo das emissões de real referentes ao mês de maio e ainda um aviso do Ministério da Fazenda contendo os relatórios sobre as operações de crédito nos meses de maio e junho, excluídos os dados relativos às dívidas consolidadas dos estados desde o mês de setembro de 2001.

UNIVERSIDADES

Três mensagens da Presidência da República referem-se a opera-

ções da programação de modernização e consolidação da infra-estrutura acadêmica das instituições de ensino superior e dos hospitais universitários. Uma delas pede autorização para o governo contratar operação de crédito destinado à importação de equipamentos de radioterapia.

Outra mensagem solicita a anuência do Senado para a assinatura de aditivo a contrato de crédito externo realizado com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) no valor de 1,356 milhão de euros, também direcionado para o pagamento de equipamentos importados para as universidades. A última pleiteia a inclusão do financiamento de 100% de seguro de crédito a ser pago à Compagnie Française d'Assurance pour le Commerce Extérieur (Coface), no

valor de 5,352 milhões de euros, junto ao Banco BNP Paribas.

As três operações acima serão analisadas pela CAE, que também apreciará pedido de inclusão da comissão de garantia devida ao Banco Mundial na autorização de crédito externo a ser efetuada pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil.

Também foi lida mensagem presidencial com informação descritiva com o montante da limitação de empenho e de movimentação

financeira estimado para o Senado, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas.

Foi lido ainda na sessão de ontem aviso do Tribunal de Contas da União (TCU) informando que estão disponíveis para consulta, na página daquele órgão na Internet (www.tcu.gov.br), a lista de nomes de ocupantes de cargos e funções públicas responsáveis por contas julgadas irregulares, por decisão definitiva da Corte.

Prestação de contas teve início em 94

Desde dezembro de 1994 o governo federal submete trimestralmente ao Senado a programação monetária aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A programação nada mais é do que uma prestação de

contas da quantidade de moeda em circulação na economia (base monetária), importante parâmetro da política econômica. O texto da programação resume como o governo pretende conduzir a base monetária no trimestre, além de trazer informações sobre a economia brasileira.

Nabor cobra redução do preço do gás de cozinha

O valor cobrado pelo produto “atingiu níveis insuportáveis para a grande maioria das famílias brasileiras”, conforme o senador

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu ontem, da tribuna do Plenário, providências das autoridades para que seja reduzido o preço do gás de cozinha, “que atingiu níveis insuportáveis para a grande maioria das famílias brasileiras”. Nos últimos oito meses, lembrou, foram registrados aumentos de até 60% em diversos pontos do país.

Em andanças pelo interior do Acre, o senador tem verificado que o preço do gás representa a maior queixa da população, superando até mesmo as reclamações contra desemprego, baixos salários e problemas de segurança.

Nabor afirmou não fazer sentido alegar que os preços do gás liquefeito de petróleo (GLP) seguem as cotações internacionais. Cada país, explicou, define os preços internos de derivados de petróleo segundo sua própria estrutura de custo e produção. Não fosse assim, acrescentou, haveria um preço único para todos os países.

Segundo Nabor, o Brasil produz atualmente 70% do petróleo que consome, e a maior parte dos custos de refino e transporte do combustível é paga em reais, não em dólares. Por isso, dis-



Nabor Júnior: sociedade exige do governo solução firme e clara contra a alta do preço do gás

se, não haveria qualquer vinculação com a alta ou baixa do câmbio. Conforme Nabor Júnior, há “voracidade por maiores lucros nas empresas do setor”.

REAJUSTE ABSURDO

Citando dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Nabor Júnior afirmou que o botijão de gás de cozinha de 13 quilos vinha sendo vendido a R\$ 20 em novembro de 2001 no Distrito Federal. Hoje é oferecido a R\$ 32, com um reajuste “absurdo” de 60%.

O senador acrescentou que, em 20 de julho, o preço bruto cobrado pelo gás, na refinaria, era de R\$ 10,59 o botijão. Sobre esse valor incide R\$ 3,92 de ICMS (Im-



posto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e, em seguida, mais R\$ 7,27 de margem bruta de distribuição. Sobre esse preço adiciona-se, então, a margem bruta de revenda, de R\$ 4,53, e, assim, o consumidor nacional paga, em média, R\$ 26,29 pelo gás que, inicialmente, custava R\$ 10,59. Esses valores eram praticados há duas semanas, mas já receberam novos aumentos, comentou.

Para Nabor, a sociedade exige das autoridades uma solução “firme e clara” para o preço do produto, que provoca enorme impacto no orçamento doméstico das famílias de baixa renda.

Mozarildo critica atuação do governo na Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) aproveitou a retomada dos trabalhos legislativos para registrar seu inconformismo com o tratamento dispensado pelo poder público à Amazônia. Diante do avanço e da “institucionalização do crime organizado” nas fronteiras da região, Mozarildo disse que o governo só tem adotado “medidas paliativas” para enfrentar o contrabando de armas e o tráfico de drogas. “Não se está buscando cuidar da doença combatendo as suas causas”, afirmou.

Conforme o senador, mais de 11 mil quilômetros de fronteira encontram-se desguarnecidos na

Amazônia. Em Roraima, apontou, a passagem livre na BR-174 – que liga o Brasil à Venezuela – levou a rodovia a ser popularmente chamada de “transmuambeira”.

Em vez do fortalecimento das instituições encarregadas de coibir a venda ilegal de armas e entorpecentes, houve o “sucateamento” da Polícia Federal e a “desmobilização” de tropas das Forças Armadas, lamentou Mozarildo. Na sua opinião, a única boa notícia relativa à segurança da região foi a inauguração do Projeto Sivam (Sistema de Vigilância e Monitoramento da Amazônia), destinado a promover a ocupa-



Crime organizado se institucionalizou na fronteira, diz Mozarildo Cavalcanti

ção racional e a vigilância de fronteiras ao norte do país.

– Esse é um avanço que precisa ser garantido, aperfeiçoado e mantido para que a Amazônia não seja a porta de entrada de problemas – declarou. Cauteloso quanto à eficiência da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), que substituiu a Sudam, o senador defende a transformação da Zona Franca de Manaus em Agência de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Heloísa aponta chantagem contra oposição em Alagoas

Ao discursar ontem na abertura dos trabalhos do Senado, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que está havendo “uma verdadeira chantagem eleitoral” em Alagoas e em outros estados pobres do país. “Estão espalhando o boato de que as políticas compensatórias, como bolsa-escola, bolsa-renda e vale-gás, acabarão se os candidatos da oposição ganharem as eleições”, revelou.

A senadora por Alagoas afirmou que o PT está trabalhando ativamente para difundir à população que políticas compensatórias não serão extintas com a vitória dos candidatos oposicionistas. Ao contrário, afirmou, essas iniciativas serão ampliadas em sua abrangência e valores nominais.

Heloísa Helena classificou



Heloísa: segundo boatos, oposicionistas acabarão com bolsa-escola e vale-gás se eleitos

como “banditismo eleitoral” a disseminação dos boatos, que atinge especialmente as camadas mais carentes da população. São pessoas, lembrou, que têm nas políticas compensatórias sua única possibilidade de sobrevivência. “Além de desonesto, isso é crueldade”, concluiu.

Carlos Bezerra quer maior transparência nas loterias

Com o propósito de garantir maior transparência aos jogos lotéricos, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) quer aprovar projeto estabelecendo que as apostas na Loteria Federal, Loteca, Lotogol, Mega-Sena, Super-Sena, Quina, Lotomania e



Carlos Bezerra: atual sistema de apostas facilita a lavagem de dinheiro

outros que a Caixa Econômica Federal vier a explorar deverão ser identificadas pelo número do CPF do apostador.

O projeto de Bezerra aguarda recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa. Ou seja, cabe à comissão dar a última palavra sobre a matéria no Senado.

A proposta estabelece também que os apostadores do concurso cujo prêmio não tiver acertador continuarão a concorrer ao sorteio subsequente, com as mesmas apostas, até que haja ganhador. Outra mudança dispõe que os prêmios das loterias não prescreverão. Deverá ser publicada mensalmente, em edital e em todas as lojas lotéricas, a relação dos prêmios não procurados, com o CPF

dos ganhadores. O projeto prevê que os prêmios não procurados serão corrigidos pelo índice da caderneta de poupança.

De acordo com Carlos Bezerra, a medida beneficiará apostadores que perderem seus bilhetes e possibilita-

rá que, em caso de doença grave ou morte, familiares ou herdeiros recebam o prêmio.

LAVAGEM DE DINHEIRO

Carlos Bezerra afirma que a “lavagem de dinheiro” tornou-se um dos instrumentos fundamentais no crescimento de crimes como a corrupção e tráfico de drogas e de armas. O projeto pode impedir o uso da loteria na legitimação de renda conseguida ilegalmente e dotar as autoridades de mais um instrumento contra o crime.

Na opinião do senador, o atual sistema de apostas é um convite à utilização dos jogos como meio para “lavagem de dinheiro”. Ele lembrou que, na CPI do Orçamento, em 1994, o Congresso diagnosticou o uso do expediente para legitimar renda auferida de maneira ilegal.